

**INFORMAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS NOS PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO E  
REUTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS  
DA INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS - AUTORIDADE DE AUDITORIA (IGF)**

**1. Responsável pelo tratamento de dados pessoais**

O responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos é a IGF, com sede na Rua Angelina Vidal, n.º 41, 1199-005, Lisboa, NIPC n.º 600019608, sendo o tratamento efetuado no respeito pelo Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), e demais legislação de proteção de dados aplicável.

**2. Fundamento e finalidade do tratamento de dados pessoais**

Fundamento – Cumprimento de obrigações legais cometidas à IGF, designadamente, as previstas na Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos – LADA).

Finalidade – Receção, apreciação e resposta a pedidos de acesso e reutilização de documentos da IGF, nos termos do disposto nos artigos 12.º, n.º 2, e 21.º da LADA. Para estas finalidades, a falta de fornecimento de dados de identificação pode implicar a impossibilidade de resposta ao pedido.

**3. Conservação**

O prazo de conservação é de 10 anos, sem prejuízo de tratamento posterior para efeitos de arquivo histórico. Os dados pessoais são mantidos em condições de segurança durante o período necessário à prossecução da finalidade de tratamento e enquanto durar o prazo de conservação.

**4. Destinatários**

Os dados pessoais recolhidos podem ser comunicados à:

- Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd);
- Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos;
- Outras entidades, se a IGF a isso for obrigada por lei ou decisão judicial; e
- A/O interessada/o que se encontre munido de autorização escrita da/o titular dos dados, explícita e específica quanto à finalidade e tipo de dados, ou que demonstre possuir um interesse legítimo, pessoal e direto, constitucionalmente protegido e suficientemente relevante que justifique o acesso pretendido, nos termos da LADA.

**5. Decisões individuais automatizadas**

O tratamento dos dados recolhidos não implica a tomada de decisões individuais automatizadas.

**6. Transferência de dados pessoais**

Os dados recolhidos não são objeto de transferências internacionais.

## **7. Direitos do titular dos dados**

Em observância do estabelecido no RGPD e demais legislação de proteção de dados aplicável, a/o titular dos dados tem direito de acesso, retificação, limitação, oposição e não sujeição a decisões individuais automatizadas, portabilidade e apagamento dos seus dados pessoais, podendo também opor-se ao seu tratamento, mediante pedido escrito dirigido à IGF, para o endereço de correio eletrónico [epd@igf.gov.pt](mailto:epd@igf.gov.pt)

## **8. Reclamação**

Para assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais, deve ser dirigida comunicação escrita à EPD para um dos seguintes contactos:

- Endereço de correio eletrónico: [epd@igf.gov.pt](mailto:epd@igf.gov.pt)
- Endereço profissional: Rua Angelina Vidal, n.º 41, 1199-005, Lisboa

A/O titular dos dados pode apresentar reclamação junto da CNPD, com o endereço de correio eletrónico [geral@cnpd.pt](mailto:geral@cnpd.pt), ou portal em <https://www.cnpd.pt>, enquanto autoridade de controlo

## **9. Política de Privacidade**

Pode ser consultada a [Política de Privacidade da IGF](#) com o fim de obter mais informações sobre Proteção de dados pessoais.